

**RE nos EDcl nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.103 - SP
(2018/0121500-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : L C DA S
RECORRENTE : V H DE O
ADVOGADOS : ELIEZER PEREIRA MARTINS - SP168735
LEANDRO CEZAR GONÇALVES - SP193918
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO RECURSAL. EMBARGOS JULGADOS INTEMPESTIVOS. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por L C DA S e V H DE O, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIMES MILITARES. ATO DE LIBIDINAGEM E PRODUÇÃO DE IMAGEM OBSCENA EM LUGAR SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO MILITAR. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA EM VIRTUDE DA NÃO COMPROVAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. MÁCULA NÃO EVIDENCIADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282/356/STF.

1. No caso, o acórdão combatido asseverou que não há vícios a macular a inicial acusatória, uma vez que a peça descreve a contento as condutas ilícitas, permitindo a correta compreensão dos crimes imputados, não havendo nenhum prejuízo ao exercício da ampla defesa.

2. Ademais, o Tribunal de origem concluiu pela existência de indícios suficientes de que os recorrentes teriam praticado atos libidinosos, além de produzir imagens obscenas no interior de viatura militar. Nesse contexto, o acolhimento do pedido recursal, no sentido de reconhecer a inexistência de lastro probatório mínimo sobre os delitos em questão, exigiria, necessariamente, o reexame dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, em virtude do que preceitua a Súmula n. 7 desta Corte.

3. Ademais, contrariamente ao afirmado no regimental, a tese relativa à aplicação do princípio da intervenção mínima **não foi debatida de forma específica na origem** e não houve a oportuna provocação do exame da *quaestio* por meio de embargos de declaração,

sendo patente a falta de prequestionamento. Destarte, no ponto, tem incidência a vedação prescrita nas Súmulas n. 282 e 356/STF.

4. Agravo regimental desprovido". (fls. 1.193/1.203)

Opostos embargos declaratórios, estes não foram conhecidos por intempestividade. Confira-se a ementa:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ATO DE LIBIDINAGEM E PRODUÇÃO DE IMAGEM OBSCENA EM LUGAR SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO MILITAR. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRAZO. DOIS DIAS. INTEMPESTIVIDADE.

1. Publicado o acórdão recorrido em 4/9/2018 (terça-feira), o prazo de dois dias, previsto no art. 619 do Código de Processo Penal, esgotou-se em 6/9/2018 (quinta-feira). Assim, são intempestivos os embargos de declaração protocolados somente em 10/9/2018.

2. Embargos declaratórios não conhecidos". (fls. 1.217/1.221)

Novos aclaratórios ainda foram opostos, estes rejeitados, *verbis*:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ATO DE LIBIDINAGEM E PRODUÇÃO DE IMAGEM OBSCENA EM LUGAR SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO MILITAR. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRAZO. DOIS DIAS. INTEMPESTIVIDADE. INAPLICABILIDADE DO ART. 540 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR.

1. Publicado o acórdão contra o qual se voltavam os embargos de declaração anteriormente opostos em 4/9/2018, terça-feira (e-STJ fl. 1.205), o prazo de dois dias, previsto no art. 619 do Código de Processo Penal, esgotou-se em 6/9/2018, quinta-feira. Todavia, o recurso foi interposto tão somente em 10/9/2018 (e-STJ fls. 1.208/1.212), o que revela sua intempestividade.

2. Outrossim, não se aplica ao caso o prazo de 5 dias previsto no art. 540 do Código de Processo Penal Militar, para oposição de embargos de declaração, uma vez que a hipótese naquele narrada se refere a aclaratórios opostos unicamente contra **decisum** proferido pelo Superior Tribunal Militar. Ainda, a possibilidade de aplicação subsidiária do Código de Processo Penal, em casos em que o CPPM seja omissivo, está prevista em seu art. 3º.

3. Embargos declaratórios rejeitados". (fls. 1.235/1.240)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.248/1.262), sustentam os recorrentes que há repercussão geral na questão tratada e que o acórdão teria ofendido o artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, com violação ao devido processo legal, ao entender que o prazo para os embargos declaratórios na órbita penal militar é de dois dias e não de cinco.

Além disso, mencionam ter ocorrido malferimento aos artigos 5º, incisos LIV e LV, e 93, inciso IX, ambos da Constituição Federal, ao fundamento de que o STJ não teria apreciado todas as alegações defensivas postas em seu petítório de recurso especial.

Outrossim, sustentam a existência de vulneração ao artigo 1º, inciso III, da

Constituição Federal, ao raciocínio de que a persecução penal sem provas, como *in casu*, importa em contrariedade ao princípio da intervenção mínima, corolário lógico do princípio da dignidade da pessoa humana.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.269/1.273.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Consoante certidão à fl. 1.205, verifica-se que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 4.9.2018. A contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 5.9.2018 e encerrou-se em 19.9.2018.

O recurso extraordinário somente foi protocolado em 23.11.2018, sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

No mais, importa salientar que esta Corte Superior possui entendimento de que a oposição de embargos de declaração intempestivos não suspende ou interrompe o prazo para a apresentação de outros recursos, de modo que os aclaratórios de fls. 1.208/1.212 não tiveram o condão de interromper o prazo para o aviamento do apelo excepcional. A esse respeito:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EFEITO INTERRUPTIVO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DOS DEMAIS RECURSOS DECORRENTES DA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E 2015. CRITÉRIOS.

(...)

6. Com base nessas considerações, deve-se firmar o entendimento de que os embargos de declaração somente não interrompem o prazo para outros recursos quando intempestivos, manifestamente incabíveis ou nos casos em que oferecidos, com pedido de aplicação de efeitos infringentes, sem a indicação, na peça de interposição, de vício próprio de embargabilidade (omissão, contradição, obscuridade ou erro material). Por conseguinte, deve o recurso especial ser provido, com a consequente determinação de retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para que julgue o mérito do agravo de instrumento como entender de direito, afastada a tese de intempestividade do recurso.

7. Embargos de divergência a que se dá provimento".

(EAREsp 175.648/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe 04/11/2016)

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente